

Resposta emergencial – envolvendo a igreja local - Um estudo de caso detalhado do norte do Quênia

1. Resumo

Os líderes das igrejas locais podem desempenhar um papel fundamental em tratar das questões que ameaçam a vida enfrentadas por suas comunidades, se as agências os ajudarem na mobilização e facilitação de maneira adequada.

2. Em qual nível de intervenção este estudo de caso está focalizado?

- no âmbito da igreja local e entre as igrejas de diferentes de denominações
- nos líderes da comunidade local
- no âmbito governamental

3. Quem poderiam ser os prováveis usuários da abordagem exemplificada neste estudo de caso?

As ONGs, ONGs internacionais e outros grupos que acreditam que as igrejas locais têm uma contribuição a oferecer ao tratar das questões críticas que suas comunidades enfrentam.

4. Problema tratado

O problema foi que as igrejas evangélicas locais não tinham entendimento, visão ou habilidades para lidar com as questões relativas à seca, HIV e AIDS e conflitos que seu povo estava enfrentando.

5. Propósito da intervenção

O propósito da intervenção foi garantir que as igrejas evangélicas locais, por meio de líderes que desenvolveram a visão, fizessem sua contribuição distintiva em tratar de questões prementes que seu povo estava enfrentando em uma situação de seca e encorajassem as igrejas a trabalhar com outras agências e instituições no processo.

6. Contexto

Marsabit está na Província Oriental do Quênia. É o segundo maior distrito do país com uma área de 66.000 km² e uma população estimada de 125.000 pessoas. Aproximadamente, 75 por cento da área é classificada como Terras Áridas e Semi-Áridas (ASAL). O distrito é vulnerável às secas e sofreu de maneira particularmente grave em 2004/2005. Isto resultou em níveis de subnutrição que ultrapassaram o limiar da urgência e perdas de gado de até 70 por cento. Marsabit têm três categorias de meios de vida: pastoril, agropastoril e empregos ou negócios formais. A maioria da população, contudo, são criadores de animais mantendo misturados rebanhos de cabras, camelos e gado. A escassez de recursos, especialmente água e pasto, tem causado disputas entre as tribos, particularmente entre os Rendille e Gabbra, no que se refere à fonte de água chamada Yel em Beleisa Bura. Cada tribo reivindica que Yel está em seu território. Marsabit tem altos níveis de pobreza e insegurança e baixos níveis de escolaridade. A incidência de HIV no distrito chega a 2,1 por cento (2004/2005).

Há uma pequena população cristã espalhada entre várias pequenas igrejas que surgiram a partir de diferentes denominações. Existem estruturas governamentais, com servidores públicos, um judiciário e a polícia estruturada. Políticos eleitos e anciãos tradicionais das tribos representam o povo. A infraestrutura é precária e as distâncias entre os centros são grandes. Apenas algumas ONGs trabalham no local.

7. História e processo

A Equipe de Gestão de Desastres da Tearfund (EGD) iniciou seu Programa no Norte do Quênia em junho de 2006 com dez áreas operacionais nas divisões Korr and Loiyangalani, no Distrito de Marsabit. O programa realizava atividades de saúde, nutrição e mobilização comunitária. Um dos objetivos da EGD era construir relacionamentos de confiança e entendimento com as igrejas locais, incentivando-as a servir e se engajar nas questões da sua comunidade. Para tal finalidade, um Oficial de Mobilização da Igreja (OMI) foi nomeado em novembro de 2006, seis meses após o início do programa. Suas instruções

Estudos de caso detalhados

eram desenvolver a capacidade das igrejas locais em se envolverem em uma resposta às secas. O cargo do OMI e o programa terminaram em setembro de 2007.

O OMI trabalhou com 13 congregações locais pertencentes a seis denominações diferentes. As denominações eram: A Igreja do Interior da África (AIC), a Comunidade Evangélica Pentecostal da África (PEFA), a Igreja Anglicana do Quênia (ACK), Batista Trinitariana (TB), a Igreja Católica Apostólica Romana (RC) e a Missão Presbiteriana Internacional (IPM). De maneira geral, as igrejas entenderam que o foco do trabalho da EGD seria de ajuda humanitária, visto que o foco das igrejas era puramente espiritual. Elas compreenderam que responder a uma emergência demandava recursos e habilidades que elas não tinham. Dessa forma, além de terem prioridades diferentes, elas não conseguiam ver como poderiam dar uma contribuição relevante às situações que suas comunidades enfrentavam.

Dentro da EGD, o OMI tinha acesso aos funcionários especializados em atividades de RRD (Redução do Risco de Desastres) e HIV e AIDS. Além disso, o OMI tinha acesso a uma outra divisão do trabalho internacional da Tearfund, separada da estrutura gerencial da EGD – os Serviços da Comunidade Cristã, ala da Diocese do Leste do Monte Quênia (CCS-MKE). Isto era particularmente importante para a construção da paz.

O governo estabeleceu os Comitês para a Paz Comunitária (CPC) nos quais agora acontecem as mediações envolvendo disputas na comunidade. Esses comitês são formados por anciãos tribais, políticos eleitos, líderes oficiais e religiosos, entre eles, representantes muçulmanos e católicos. Esses comitês não tinham representação protestante até 2007.

8. Passos na implementação

1. (Novembro de 2006 – Fevereiro de 2007). A primeira tarefa do OMI foi construir bons relacionamentos com os líderes das 13 igrejas locais nas divisões Korr and Loiyanglani, onde a EGD trabalhava. Ele teve de corrigir a visão de alguns que pensavam que a EGD não era uma agência cristã, que tinha um plano diferente e que não havia maneiras práticas por meio das quais eles poderiam se apoiar mutuamente. O OMI se propôs a fazer isso da seguinte forma: (1) visitar os pastores e líderes das igrejas em suas comunidades, freqüentemente viajando longas distâncias para fazer isso; (2) convidar os pastores para dirigir as orações matinais da EGD regularmente em vários locais onde ela estava presente; (3) incentivar os funcionários da EGD a freqüentar os cultos dominicais nas igrejas dos pastores e se oferecerem para ajudar da maneira que eles pudessem. Levou mais de quatro meses para construir esse fundamento de respeito e compreensão, antes que eles pudessem olhar para algumas alternativas para o futuro.
2. (Março de 2007) O desafio principal era conscientizar os pastores do papel fundamental que eles e suas igrejas poderiam desempenhar ao lidar com as necessidades de suas comunidades. Uma vez que a confiança estava estabelecida, o OMI reuniu os pastores para discutir “o papel da igreja local na defesa de direitos e na redução do risco de desastres”. Ao final dessas reuniões, eles identificaram uma série de questões, tais como: difusão de mensagens de alerta antecipado, sistemas de suprimento de animais antes e depois da seca, resolução de conflitos, mutilação genital feminina, casamentos prematuros e conservação ambiental. Entre estes, a prioridade foi a partilha de sistemas de alarme antecipado (SAA) – e se percebeu que a igreja podia fazer alguma coisa a esse respeito. Como resultado, a EGD abordou o departamento governamental que lida com a coleta de informações sobre SAA. O departamento discutiu com os pastores como suas igrejas poderiam usar os boletins mensais de SAA produzidos para o Distrito de Marsabit para partilhar as informações em suas congregações a partir do púlpito. Eles também discutiram como incentivar suas congregações a observar sinais da vida de plantas e pássaros e retransmitir os sinais de volta para o departamento para alimentar seus sistemas de informação.
3. (Abril de 2007) A construção da paz foi uma outra prioridade para os líderes das igrejas. Em julho de 2006, uma pessoa havia sido morta em uma fonte de água em Yel e, recentemente, uma jovem havia desaparecido. As tensões estavam aumentando entre os Rendille e os Gabbra. O OMI organizou um encontro de treinamento sobre resolução de conflitos para líderes comunitários e líderes das igrejas.
4. (Maio de 2007) O OMI então, discutiu se era certo ou não criar Comitês de Paz com base nas igrejas que poderiam enviar uma pessoa nomeada para os Comitês pela Paz Comunitária do governo. Por fim, foi decidido que as igrejas protestantes deveriam unir forças e indicar representantes para o Comitê pela Paz Comunitária (CPC), tal como os católicos fazem com sua Comissão Católica pela Justiça e Paz (CCJP).
5. (Junho de 2007) Quando os líderes das igrejas concordaram em fazer isso e escolheram os representantes, o OMI teve de pedir ao governo e aos chefes locais para deixar que eles fossem incluídos no CPC. Ele se deparou com uma resistência inicial por parte dos chefes que sentiram que a

Estudos de caso detalhados

representação de igrejas existente de quatro em um comitê de 24 era suficiente. Eles estavam preocupados em ter de negociar com uma base de poder eclesiástica fortalecida, que no final aumentou para dez dentro de um número oficial de 30 com representação protestante.

6. (Julho de 2007) O OMI descobriu que, embora o assunto não tenha sido debatido abertamente, havia uma preocupação crescente com o HIV e AIDS. Ele convidou os funcionários da EGD para realizar um treinamento básico no assunto. Um encontro de treinamento de acompanhamento foi organizado em setembro no qual os líderes de igrejas concordaram em aumentar a conscientização falando sobre isso nos cultos dominicais. Eles também insistiram com os membros da congregação em visitar os Centros de Aconselhamento e Teste Voluntários na sede do distrito ou em outros locais próximos.

7. (Agosto de 2007) Ficou claro que a disputa no Yel não poderia ser tratada com eficácia sem vínculos com os Gabbra, que viviam fora da área operacional da EGD. O OMI entrou em contato com o CCS-MKE, um parceiro da Tearfund. O CCS tinha ligações estreitas com as igrejas entre os Gabbra. Ficou acordado que a EGD assistiria o CCS no treinamento de resolução de conflitos em julho, no distrito de Maikona. Contudo, isso deve de ser adiado até agosto.

8. (Setembro de 2007) Iniciado pela EGD e pelo CCS, os líderes Rendille e Gabbra foram reunidos junto com oficiais do governo e representantes dos Comitês de Paz. A resolução no final da reunião foi que, a não ser que fossem desenhados mapas claros das áreas disputadas, os conflitos iriam continuar. O governo se comprometeu a tentar resolver esta questão crítica.

9. (Fim de setembro de 2007) O cargo do OMI chegou ao fim.

9. Duração do programa dirigido pelo OMI

Dez meses: novembro de 2006 a setembro de 2007.

10. Recursos necessários para o programa

Financeiros Despesas operacionais de 56.000 Ks, com um adicional de 160.000 Ks sancionado para as conversações de paz de setembro.

Ativos Uma base a partir da qual organizar os encontros de treinamento

Humanos Especialização em abordagens de resolução de conflitos locais
A disposição das igrejas locais com diferentes denominações e fidelidade étnica em confiar umas nas outras

11. Indicadores para monitoramento

1. A quantidade de tempo investida no início do processo para construir relacionamentos com os líderes das igrejas locais
2. O grau de confiança que os pastores têm nas motivações e agenda da ONG
3. A que ponto todas as partes (igrejas, autoridades locais, etc.) podem se identificar e concordar na superação de problemas que elas precisam tratar
4. Até que ponto os líderes das igrejas percebem que eles realmente têm um papel a desempenhar na resolução de problemas
5. A facilidade com que as igrejas de diferentes denominações conseguem indicar representantes para participarem de organizações mais amplas
6. Participação em fóruns e acompanhamento de planos de ação traçados nesses fóruns.

12. Impacto

1. Os pastores têm uma nova compreensão e compromisso em tomar parte ativa no trato de questões comunitárias.
2. Eles estabeleceram bons relacionamentos com pastores de outras igrejas.
3. Eles se envolveram e pressionaram o governo para tratar de questões de importância central para eles.
4. O governo e outros grupos representativos agora têm de trabalhar com uma presença fortalecida da igreja nos Comitês de Paz.
5. Uma organização parceira local da Tearfund, a CCS-MKE, pode continuar a agenda da construção da paz. (A EGD não mais opera na área).

13. Desafios

1. Longas distâncias entre as igrejas da área do programa. Teria sido fácil para a ONG internacional dar mais atenção às igrejas próximas à sua base.
2. Convencer as igrejas pequenas de que elas têm um papel a desempenhar em fazer a diferença em problemas significativos contínuos e de larga-escala.
3. A tendência das igrejas, especialmente as evangélicas, de ter uma mentalidade exclusivista. O desafio é encorajá-las a se envolver e criar vínculos com outros que não têm os mesmos valores e doutrinas.
4. A possibilidade de que as pessoas possam expressar um conjunto de preferências e a agência possa ter outro. Encontrar atividades que satisfaçam a ambas as agendas é um desafio considerável.
5. O custo da construção da paz. Os doadores, contudo, são cautelosos em aprovar orçamentos para tais itens como viagens e acomodação para delegados participando de fóruns pela paz.
6. A complexidade da construção da paz. Há muitos centros verticais de tomada de decisão em diferentes níveis de hierarquia em um grupo étnico. Há também muitos centros de tomada de decisão que se sobrepõem entre os grupos étnicos, oficiais do governo e políticos ocupando o mesmo território. Envolver todos esses grupos de interesse no processo nos pontos em que eles possam exercer influência é uma tarefa extremamente complexa.

14. Questões críticas e lições aprendidas

1. No início do programa, a agência externa, tal qual a EGD, deve realizar uma pesquisa de linha de base nas igrejas em sua área operacional. Não se pode presumir que as igrejas partilhem abordagens comuns e que os relacionamentos entre elas seja bom. A avaliação deve ser conduzida pelo chefe do programa.
2. Uma vez que esteja claro com quem a agência irá trabalhar e em quais condições, então o OMI pode começar a tarefa de construção da confiança nesses relacionamentos. O tempo gasto na construção de relacionamentos – neste caso, quatro meses – pode parecer um desperdício de tempo, mas é um tempo bem aproveitado.
3. O fato de que o próprio OMI era pastor foi um fator significativo na conquista de bons relacionamentos de confiança com as igrejas.
4. As intervenções baseadas nas prioridades dos pastores das igrejas foram as mais entusiasticamente seguidas.
5. Os líderes das igrejas precisam ser locais. Isto lhes permite ter grande credibilidade nos fóruns de negociação, pois eles podem falar por seu próprio povo mesmo que eles pertençam a um ou outro grupo.
6. Uma intervenção de dez meses pelo OMI é muito curta para mudar atitudes. Uma oportunidade de acompanhar pastores por um período maior de tempo em ação e reflexão é necessária. O acompanhamento do trabalho realizado em SAA e AIDS, por exemplo, foi interrompido como resultado disso. O processo de construção da paz foi deixado nas mãos de outra agência.
7. A área de operação da ONG pode não coincidir com o escopo geográfico da questão que se está tentando resolver, neste caso, a disputa em torno da fonte de água em Yel. A lição é, portanto, tanto para a ONG tratar de uma questão onde todas as partes relevantes residem em sua área de operação ou, como neste caso, vincular-se a uma agência de mesma orientação (CCS-MKE) que tem a confiança de uma das partes localizadas fora de sua área.
8. É importante para a agência de fora que está respondendo a uma emergência ter uma estratégia de saída clara. Envolver-se com a igreja local, neste caso, foi uma estratégia. Vincular-se com o CCS-MKE foi outra. Contudo, quando chega o tempo de partir, após 18 meses, neste caso, é importante que as questões identificadas sejam as que os parceiros locais tenham visão e capacidade para levar adiante. Deve haver também outras agências locais para ajudá-los a cumprir a tarefa.
9. As igrejas evangélicas, por serem menores e fragmentadas, serão deixadas de fora das iniciativas de paz, a não ser que elas colaborem umas com as outras e, como um único corpo, peçam para serem incluídas.

15. Potencial para reprodução

A abordagem esboçada neste estudo de caso pode ser melhor reproduzida em contextos nos quais:

- haja uma ONG internacional especializada ou uma ONG local comprometida em se envolver com as igrejas evangélicas locais para capacitá-las a responder a uma situação de desastre
- a agência tenha um orçamento adequado e a especialização necessária para buscar este objetivo
- haja um comprometimento no mais alto nível da agência em conceder, neste envolvimento com a igreja local, o “espaço” para ela se desenvolver no seu próprio ritmo. As igrejas não devem ser forçadas a adotar a agenda da agência.
- as igrejas estejam dispostas a trabalhar com outras que não têm os mesmos valores e doutrinas que elas
- as igrejas identifiquem uma questão que é de grande importância para todas elas
- as igrejas sejam acompanhadas pela agência por dois anos no mínimo.

16. Fontes de informação

Joseph Kiminza (Oficial de Mobilização da Igreja, Programa para o Norte do Quênia da EGD Tearfund)

Relatórios Mensais das Operações do Programa da Tearfund para o Norte do Quênia

(novembro de 2006 – agosto de 2007)

Relatório Final de Mobilização da Igreja (Programa para o Norte do Quênia da EGD Tearfund, novembro de 2006 – outubro de 2007)

Autor: Andrew Bulmer; 2008